

WASHINGTON NOVAES

A ciência diante da economia brasileira

É pena que a discussão sobre a proposta de Agenda 21 brasileira esteja ocorrendo ainda em âmbito tão restrito (embora se vá ampliar mais à frente). Os seminários realizados em Brasília durante toda a semana passada, com extraordinária riqueza de temas e informações, permitiriam um avanço enorme na consciência social brasileira se o País todo acompanhasse desde agora as discussões ali ocorridas e as propostas apresentadas em seis áreas: agricultura sustentável, redução de desigualdades sociais, cidades sustentáveis, gestão de recursos naturais, infra-estrutura e integração regional e ciência e tecnologia.

Da mesma forma, o planejamento governamental – e principalmente o Plano Plurianual de Investimentos – poderia beneficiar-se muito das estratégias ali debatidas e que, com alguma frequência, divergem do que está apontado nos documentos de governo.

Um dos pontos cruciais dos debates, no seminário sobre ciência e tecnologia para a Agenda 21, incluiu reflexões decisivas sobre as raízes da crise econômica, social e ambiental que o País atravessa e os possíveis caminhos para superá-la.

Essas reflexões – fruto da contribuição de vários autores – tomaram como ponto de partida a diferença entre modernidade técnica e modernidade ética, já que esta última pressupõe a sustentabilidade, em várias dimensões – social, ambiental, econômica, espacial (entendida como equanimidade nas relações inter-regionais e na distribuição da população), político-institucional e cultural.

Nessa discussão sobre a modernidade, destaca-se o debate sobre a industrialização, decisivo neste momento. E, nesse debate, a contribuição do professor Eduardo Viotti demonstrou que o Brasil é um caso de “industrialização retardatária”, que ocorre no momento em que já existe em outras partes do mundo um setor industrial consolidado, que atende às necessidades de manufaturas não só dos mercados internacionais como do nosso próprio

mercado doméstico. Não temos – como já se ressaltou, mais de uma vez neste espaço, com base no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996, produzido pela ONU, com base em documentos do Ipea – nenhum setor realmente competitivo no comércio exterior. Ou nos falta densidade tecnológica ou nos falta escala de competição.

Não temos – diz o documento discutido em Brasília – produtos inovadores, gerados por tecnologias inovadoras, porque nosso sistema de aprendizado tecnológico, passivo, limita a competitividade, diante do que é produzido por outros sistemas nacionais de inovação. E, porque não temos, somos obrigados a recorrer a “formas compensatórias”, tais como mão-de-obra e matérias-primas de baixo custo, exploração frequentemente predatória de recursos naturais, subsídios e proteções tarifárias. Mas nem isso assegura a competitividade, já que cada um dos fatores é insuficiente ou se esgota.

A possível vantagem da matéria-prima só se efetiva se for vendida aos produtores locais por preços inferiores aos internacionais – o que só acontece por indução do Estado (gerando custos e polêmicas sobre sua absorção).

Os salários baixos tendem a esgotar-se como fator de competitividade, não só porque

costumam subir com o próprio avanço da industrialização, como porque o avanço tecnológico nos países competidores gera ganhos de produtividade que anulam esse fator e porque as indústrias intensivas em mão-de-obra se deslocam para outros países com salários mais baixos. Além de tudo, é preciso perguntar – lembra o autor da reflexão – se vale a pena participar de uma competição que será vencida pelo país que pagar os menores salários, já que adotar uma estratégia de competitividade “que se baseia essencialmente nos baixos salários é competir pela miséria, e não pelo desenvolvimento”.

Já os subsídios não serão sustentáveis ao longo do tempo, por limitações internas (crise orçamentária) ou por exigências externas. O setor industrial precisaria, em lugar deles, incorporar ganhos de produtividade com base em esforço tecnológico.

No conjunto, esses fatores comporiam a “competitividade espúria”, um verdadeiro “dumping sócio-ambiental”. Precisam ser substituídos pela “competitividade autêntica”, que gere um desenvolvimento efetivo no médio e longo prazos. E esta só ocorre com a elevação da produtividade e/ou da qualidade da produção nacional, por meio de um esforço tecnológico que, entre outras coisas, possibilite elevar o nível educacional dos trabalhadores e vincule os recursos humanos e o sistema de pesquisa ao processo produtivo.

A simples abertura do mercado brasileiro não produz a “globalização tecnológica”, a incor-

poração automática, aqui, das inovações geradas em outros países. Ao contrário, a especialização crescente tende a fixar “ilhas nacionais de competência” nos países criadores, “cercadas por oceanos de nações sem competência para inovar”. Por essa e outras razões – sustenta a tese – é que a melhor política não é a não-política, deixar apenas ao mercado a tarefa de resolver o problema.

Nesse ponto, entre muitos outros, destaca-se o problema do baixo investimento empresarial no Brasil em ciência e tecnologia, ao lado da redução dos recursos orçamentários estatais. O Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência está tendo seus recursos reduzidos – assim como o próprio orçamento global para a área de ciência e tecnologia, este ano 40% menor que o de 1998.

Tudo isso levou no seminário a algumas recomendações básicas:

- Estimular um processo endógeno de geração e inovação de tecnologias nas empresas, mediante cooperação com elas;
- estímulo estatal à constituição de grandes grupos empresariais com massa crítica para desenvolver esforço tecnológico capaz de transformá-los em “global players”, verdadeiros atores no cenário global;

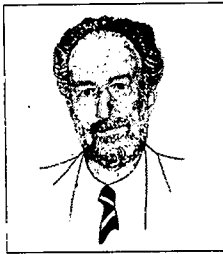
- concessão de benefícios fiscais para isso, exigindo como contrapartida aumento de produtividade, avanço na qualidade e na competitividade, padrões ambientais e adequação social;

- construir sistemas ou programas de extensão capazes de elevar o padrão tecnológico nacional;

- criar nichos de mercado mediante uso de tecnologias que gerem alto valor agregado;

- universalização do ensino básico e treinamento no local de trabalho, associado à redução da rotatividade da mão-de-obra.

É um roteiro básico. Mas é, principalmente, uma reflexão capaz de definir rumos que nos retirem das discussões apenas imediatistas em torno do regime e das agruras cambiais. Que assentem outros marcos para esse debate, principalmente o de um modelo fundado nas especificidades tropicais brasileiras, como vários pensadores já defendem.



O Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência está tendo seus recursos reduzidos

